



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ

LEI Nº 313 DE 27 DE JANEIRO DE 1967

Institui o Código Tributário do  
Município de Sapé

A Câmara Municipal de Sapé aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE GERAL

TÍTULO I

Das Tributes em Geral

CAPÍTULO I

Do Sistema Tributário do Município

Artº 1º - Este Código dispõe sobre os fatores geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais, e estabelece normas de direito fiscal a elas pertinentes.

Artº 2º - Integram o sistema tributário do Município:

I - os impostos:

- a) sobre a propriedade territorial urbana;
- b) sobre a propriedade predial urbana;
- c) sobre a circulação de mercadorias;
- d) sobre serviços de qualquer natureza.

II - As taxas:

- a) decorrentes das atividades do poder de polícia do Município;
- b) decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais específicos e divisíveis.

III - a contribuição de melhoria

## CAPITULO II

### Da Legislação Fiscal

Art. 3º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude deste Código ou de lei subsequente.

Art. 4º - A lei fiscal entra em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições que aumentarem tributos que incidam sobre a propriedade predial e territorial urbana, as quais entrarão em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte.

Art. 5º - As tabelas de tributos, anexas a este código, serão revistas e publicadas integralmente, pelo Poder Executivo, sempre que houverem sido substancialmente alteradas.

## CAPITULO III

### Da Administração Fiscal

Art. 6º - Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições subordinadas a eles, segundo as atribuições constantes da lei de organização dos serviços administrativos e de respectivo regimento.

Art. 7º - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo de rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

§ 1º - Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência aos órgãos responsáveis.

§ 2º - As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, delesamente ou por descaso, lesarem ou tentarem lesar o Fisco.

Art. 8º - Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriedade pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Artº 9º - São autoridades fiscais, para efeitos deste Código, as que tem jurisdição e competências definidas em leis e regulamentos.

#### CAPÍTULO IV Do domicílio Fiscal

Artº 10 - Considera-se domicílio Fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

- I - tratando-se de pessoas físicas, o lugar onde habitualmente reside, e, não seja conhecido, o lugar onde se encontre a sede principal de suas atividades ou negócios;
- II - tratando-se de pessoas jurídicas de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;
- III - tratando-se de pessoas jurídicas de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

Artº 11 - O domicílio fiscal será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirigem ou devam apresentar à Fazenda Municipal.

Parágrafo Único - Os inscritos com os contribuintes habituais comunicarão toda / mudança de domicílio, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência.

#### CAPÍTULO V Das obrigações Tributárias Acessórias

Artº 12 - Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributes, facilitarão, por todos os meios e seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança das tributes devidas à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

- I - Apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais;
- II - comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar, ou extinguir obrigação tributária;
- III - conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade das dades consignadas em guias e documentos fiscais;
- IV - prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juiz do Fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

Parágrafo Único - Mesmo no caso de isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento de disposto neste artigo.

Artº 13 - O Fisco poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, toda as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.

§ 1º - As informações obtidas por força deste artigo tem caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município.

§ 2º - Constitui falta grave, punível nos termos do Estatuto dos Funcionários Municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

## CAPITULO VI

## De Lançamento

Art. 14 - Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa Municipal destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente à determinação da matéria tributável, e cálculo do montante do tributo devido a identificação do contribuinte e, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Art. 15 - O ato de lançamento é vinculado à obrigatoriedade sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas neste Código.

Art. 16 - O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ - 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos créditos com critérios de apuração da base de cálculos, estabelecidos novos métodos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ - 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Art. 17 - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

Parágrafo único - A emissão ou êrre de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 18 - O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma e nas épocas estabelecidas neste Código e em regulamento.

Parágrafo único - As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

Art. 19 - Far-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis:

I - quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declarações, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsas ou errôneas as fatos consignados;

II - quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatoriamente, no prazo e na forma legal, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.

Art. 20 - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar com precisão, a natureza e o montante dos créditos / tributários, a Fazenda Municipal poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livres e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador da obrigação tributária;

II - fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas a obrigações tributárias, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributável;

III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições da Fazenda Municipal;

V - requisitar e auxiliar da força pública ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de diligências inclusive inspeções ao registo dos locais e estabelecimentos assim como dos objetos e livres dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo único - Nos casos a que se refere o número deste artigo, os funcionários lavrará-se termo da diligência, de qual constarão especificadamente os elementos examinados.

Art. 21 - O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes por meio de edital afixado na Prefeitura, por publicação em jornal local, ou mediante notificação direta, feita por meio de aviso, para servir como guia de pagamento.

Art. 22 - Far-se-á revisão do lançamento sempre que se verificar erro na fixação da base tributária, ainda que esses elementos induktives dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo Fisco.

Art. 23 - Os lançamentos efetuados de ofícios, ou decorrentes de arbitramento só poderão ser revistos em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculos utilizada no lançamento anterior.

Art. 24 - É facultado aos prepostos da fiscalização e arbitramento de bases / tributárias quando ocorrer sonegação cuja montante não possa conhecer exatamente.

Art. 25 - O Município poderá instituir livres e registros obrigatoriais de tributos municipais, a fim de apurar os seus fatos geradores e bases de cálculos, exceto em relação ao Imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias.

Art. 26 - Independentemente de controle de que trata o artigo anterior, poderá ser adotada a apuração ou verificação diária no próprio local de atividade, durante determinado período, quando houver dúvida sobre exatidão de que fôr declarado para efeito dos impostos de competência do Município.

## CAPITULO VII

### Da cobrança e do Recolhimento dos Tributos

Art. 27 - A cobrança dos tributos far-se-á:

- I - para pagamento à bôca do cofre;
- II - por procedimento anágavel;
- III - mediante ação executiva;

§ - 3º - A cobrança para pagamento à bôca do cofre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos neste Código, nas leis e nos regulamentos fiscais.

§ - 2º - Expedido o prazo para pagamento à bôca do cofre, ficam os contribuintes sujeitos à multa de 10% (dez por cento), acrescida de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, contados por mês ou fração, sobre a importância devida, até seu pagamento.

§ - 3º - As dívidas fiscais do Município aplicam-se as normas de correção monetária de tributos e penalidades devidas ao Fisco Municipal, nos termos da Lei Federal nº 4.357 de 16-7-64.

Art. 28 - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeça a competência direta competente guia ou conhecimento.

Art. 29 - Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito ou fornecido.

Art. 30 - Pela cobrança menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidariamente o servidor culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Art. 31 - Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

Art. 32 - O Executivo poderá contratar com estabelecimentos de créditos / com sede, agência ou escritório no Município, o recebimento de tributos, segundo normas espaciais baixadas para esse fim.

#### CAPITULO VIII Da Restituição

Art. 33 - O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

- I - cobrança ou pagamento espontâneos do tributo indevido ou maior que o devido em face deste Código, ou natureza, ou das circunstâncias materiais de fato gerador efetivamente ocorrida;
- II - erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo de montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 34 - A restituição total ou parcial de tributos abrangeará também, na mesma proporção, os juros de mora e as penalidades pecuniárias,/ salvo as referentes a infrações de caráter formal, que não devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória de restituição.

Art. 35 - O direito de pleitear a restituição de imposto, taxa, contribuição de melhoria ou multa, extingue-se com o decurso de prazo de seis meses, quando o pedido se baseie em simples erro de cálculos ou de três meses nos demais casos, contados:

- I - nas hipóteses previstas nos números I e II do art. 33, da data da extinção do crédito tributário;
- II - na hipótese prevista no número III do art. 33 da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 36 - Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados,/ por motivo de erro cometido pelo Fisco, ou pelo contribuinte, regularmente apurado, a restituição será feita de ofício, mediante determinação da autoridade competente em representação formulada/ pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Art. 37 - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Art. 38 - Os processos de restituição serão obrigatoriamente instruídos, antes de receberem despacho, pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamados total ou parcialmente.

#### CAPITULO IX Da Prescrição

Art. 39 - O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como à sua revisão, prescreve em 5 (cinco) anos, a contar do último dia de que se tornarem devidos.

Parágrafo único - O decurso do prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida processária indispensável ao lançamento ou à sua revisão, começando de novo a correr da data em que se operou a notificação.

Art. 40 - As dívidas provenientes de tributos prescrevem em 5 (cinco) anos a contar do término do exercício dentro do qual aquelas se tornarem devidas; a dívida ativa inferior a um décimo de salário mínimo regional prescreve, porém, em 2 (dois) anos, contados do prazo de vencimentos, se prefixado, e, no caso contrário, da data em que foi inserida.

Art. 41 - Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

- I - por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte, por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;
- II - pela concessão de prazos especiais para esse fim;
- III - pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;
- IV - pela apresentação do documento comprovatório da dívida, em juiz de inventário ou concurso de credores.

Art. 42 - Cessa em 5 (cinco) anos o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a este Código, exceto nos casos de quantia inferior a um décimo de salário mínimo regional, em que o prazo será de 2 (dois) anos.

## CAPITULO X

### Das Imunidades e Isenções

Art. 43 - Os impostos municipais não incidem sobre (Emenda Constitucional nº 18):

- I - o patrimônio, a renda ou os serviços da União dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;
- II - templos de qualquer culto;
- III - o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;
- IV - o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros;
- V - o tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo.

§ 1º - O disposto no número I deste artigo é extensivo às autarquias tão-somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2º - O disposto neste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União, quando a isenção geral for por ela instituída, por meio de lei especial, tendo em vista o interesse comum.

§ 3º - A imunidade tributária de bens imóveis dos templos se restringe àqueles destinados ao exercício do culto.

§ 4º - As instituições de educação e assistência social somente gozarão de imunidade mencionada no número III, deste artigo, quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Art. 44 - São isentas de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamento.

Art. 45 - A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá da lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

§ 1º - Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão, em lei, de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

§ 2º - As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por ato do Prefeito, sempre a requerimento do interessado.

Art. 46 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Art. 47 - As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as exceções expressamente estabelecidas neste Código.

## CAPITULO XI

### Da Dívida Ativa

Art. 48 - Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Art. 49 - Para todos os efeitos legais considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.

Art. 50 - Encerrado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos fiscais 7 por contribuinte.

12

Parágrafo único - Independentemente, porém, do término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa Municipal.

Art. 51 - O Município fará publicar, no seu órgão oficial, ou pelos meios habituais, nos 30 (trinta) dias subsequentes à inscrição e durante 5 (cinco) dias, relação contendo:

- I - nome dos devedores e endereço relativo à dívida;
- II - origem da dívida e seu valor.

Parágrafo único - Dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da relação, será feita a cobrança amigável da dívida ativa, depois do que a Prefeitura encaminhará para cobrança judicial, à medida que forem sendo extraídas, as certidões relativas aos débitos.

Art. 52 - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará, obrigatoriamente:

- I - o nome do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou residência de um ou de outros;
- II - a origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a lei tributária respectiva;
- III - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
- IV - a data em que foi inscrita;
- V - o número do processo administrativo de que se origina o crédito fiscal, sendo o caso.

Parágrafo único - A certidão, devidamente autenticada, conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

Art. 53-Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:

- I - Regalmente prescritos;
- II - de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor.

Parágrafo único - O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem aprovadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendário e jurídico da Prefeitura.

Art. 54-As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão reunidas em um só processo.

Art. 55 -As certidões da dívida ativa, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 52 deste Código.

Art. 56 -O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, será feito exclusivamente à vista de guia em duas vias, expedida pelos encravais ou advogados, com o visto do órgão jurídico da Prefeitura, incumbido da cobrança judicial da dívida.

Parágrafo único - A partir da data da publicação da relação, começará a fluir o prazo de 30 (trinta) dias para a cobrança por procedimento amigável; decorrido esse prazo, ajuizar-seá a competente ação executiva.

Art. 57-As guias, que serão datadas e assinadas pelo emitente, conterão:

- I - o nome do devedor e seu endereço;
- II - o número da inscrição da dívida;
- III - a importância total do débito e o exercício ou período a que se refere;
- IV - a multa, os juros de mora e a correção monetária a que estiver sujeito o débito;
- V - as custas judiciais.

Art. 58-Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa / com dispensa da multa, dos juros de mora e da correção monetária

Parágrafo único - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável obrigado, além / da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do Município o valor da multa, dos juros de mora e da correção / monetária que houver dispensado.

Art. 59-O disposto no artigo anterior se aplica, também, ao servidor que

reduza graciosamente, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa, com ou sem autorização superior.

**Art. 60 -** É solidariamente responsável com o servidor, quanto à reparação das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de mora, e à correção monetária mencionadas nos dois artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento de mandado judicial.

**Art. 61 -** Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

## CAPITULO XII

### Das penalidades

#### Séção 1ª

##### Disposições Gerais

**Art. 62 -** Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras leis e códigos municipais, as infrações a este Código serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - proibição de transacionar com as repartições municipais;

III - sujeição a regime especial de fiscalização;

IV - suspensão ou cancelamento de isenções de tributos.

**Art. 63 -** A aplicação da penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativo e o seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento de tributo devido e das multas, da correção monetária e dos juros de mora.

**Art. 64 -** Não se procederá contra o servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

**Art. 65 -** A emissão de pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração nos termos da lei.

**§ 1º** - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convicentes em razão dos quais possa admitir involuntária a emissão de pagamento.

**§ 2º** - Em qualquer caso, considera-se como fraude a reincidência na emissão de que trata este artigo.

**§ 3º** - Considera-se também como fraude o não pagamento de tributo, temporivamente, quando o contribuinte o deva recolher a seu próprio requerimento, formulado este antes de qualquer diligência fiscal e / desde que a negligência perdure após decorridos 8 (oito) dias contados da data de entrada desse requerimento na repartição arrecadadora competente.

**Art. 66 -** A co-autoria e a cumplicidade, nas infrações ou tentativas de infrações aos dispositivos deste Código, implica os que a praticarem em responderem solidariamente com os outros pelo pagamento de tributo devido, ficando sujeitos às mesmas penas fiscais impostas a este.

- Art. 67 - Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição deste Código pela mesma pessoa; será aplicada somente pena correspondente à infração mais grave.
- Art. 68 - Apurada a responsabilidade de diversas pessoas, não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade, impõe-se à cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.
- Art. 69 - A sanção às infrações das normas estabelecidas neste Código será, no caso de reincidência, agravada de 30% (trinta por cento).
- Parágrafo único - Considera-se reincidência a repetição de infrações de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgadô, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.
- Art. 70 - A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber.

## Seção 2ª

### Das multas

- Art. 71 - As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.
- Parágrafo único - Na imposição de multa, e para graduar-la, ter-se-á em vista:
- a) a maior ou menor gravidade da infração;
  - b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
  - c) os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código e de outras leis e regulamentos municipais.
- Art. 72 - É passível de multa de cinco décimos de salário-mínimo regional a 40 (quarenta) vezes o valor deste, o contribuinte ou responsável:
- I - iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta;
  - II - deixar de fazer a inscrição, no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitas à tributação municipal;
  - III - apresentar ficha de inscrição cadastral, livres, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal, com emissões ou dados inverídicos;
  - IV - deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;
  - V - deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo das tributes municipais;
  - VI - deixar de remeter à Prefeitura, em sede obrigado a fazê-lo, documento exigido por lei ou regulamento fiscal;
  - VII - negar-se a exibir livres e documentos da escrita fiscal que interessar à fiscalização.
- Art. 73 - É passível de multa de 5 (cinco) décimos de salário mínimo regional a 20 (vinte) vezes o valor deste o contribuinte ou responsável que:
- I - apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar;
  - II - negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embarrasar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes de Fisco a serviço dos interesses da Fazenda Municipal;
  - III - deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento a ele referente.

Art. 74 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação/ de tributes.

Art. 75 - Ressalvadas as hipóteses do art. 89 deste Código, serão punidas / com:

I - multa de importâncias igual ao valor de tribute, nunca inferior, pa  
rém, a 50 (cinqüenta) décimos de salário-mínimo regional, os que/  
cometerem infração capaz de elidir o pagamento de tribute, no to  
do ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta e se não fi  
car provada a existência de artifício deles ou intuito de fraude;

II - multa de importância igual a 2 (duas) vezes o valor de tribute, /  
mas nunca inferior a 80 (oitenta) décimos de salário-mínimo regio  
nal, os que sonegarem, por qualquer forma, tributes devidos, se  
apurada a existência de artifício deles ou intuito de fraude;

III - multa de 5 (cinco) décimos de salário-mínimo-regional 50 (cinqüen  
ta)vezes o valor deste;

a) - os que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de se  
us livres fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou finge  
r o pagamento de tribute;

b) - os que instruirão pedidos de isenção ou redução de imposto, taxa  
ou contribuição de melhoria, com documentos false ou que contenha  
falsidade.

§ 1º -As penalidades a que se refere o número III serão aplicadas nas /  
hipóteses em que se puder efetuar o cálculo pela forma dos números  
I e II.

§ 2º -Considera-se consumada a fraude fiscal, nos casos de número III,/  
mesmo antes de vencidas as prazos de cumprimento das obrigações//  
tributárias.

§ 3º -Salvo prova em contrário, presume-se o deles em qualquer das seguin  
tes circunstâncias ou em outras análogas;

a) - contradicção evidente entre os livres e documentos da escrita fis  
cal e os elementos das declarações e guias apresentadas às reparti  
ções municipais;

b) -manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no  
tectante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do  
contribuinte ou responsável;

c) -remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito /  
aos fatos geradores e à base de cálculos de obrigações tributárias;

d) -emissão de lançamentos nos livres, fichas, declarações ou guias,/  
de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações  
tributárias.

#### Seção 3a

#### Da proibição de Transacionar com as Repartições Municipais

Art. 76 - Os contribuintes que estiverem em débito de tributes e multas não/  
poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a/  
Prefeitura, participar de concorrência, leilão ou tomadas de preços  
celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar  
a qualquer título com a administração do Município.

#### Seção 4a

#### Da sujeição a Regime Especial de Fiscalização

Art. 77 - O contribuinte que houver cometido infração punida em grau máximo  
ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste Código e  
em outras leis e regulamentos municipais, poderá ser submetido a  
regime especial de fiscalização;

Art. 78 - O regime especial de fiscalização de que trata este capítulo será definido em regulamento.

### Seção 5ª

#### Da Suspensão ou Cancelamento de Isenções

Art. 79 - Tôdas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições deste Código ficarão privadas por um exercício, da concessão d., no caso de reincidência, dela privada definitivamente.

§ 1º - A pena de privação definitiva da isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do artigo 69 deste Código.

§ 2º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de representação nesse sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado, nos prazos legais.

### Seção 6ª

#### Das penalidades Funcionais

Art. 80 - Serão punidos com multa equivalente a 5 (cinco) dias de respectivo vencimento ou remuneração:

I - os funcionários que se engarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por este solicitada na forma deste Código;

II - os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes sacrificar nulidade.

Art. 81 - As multas serão impostas pelo Prefeito, mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos Funcionários Municipais.

Art. 82 - O pagamento de multa decorrente de processo fiscal se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impõe.

## TÍTULO II

### De Processo Fiscal

#### CAPÍTULO I

##### Duas Medidas Preliminares e Incidentes

### Seção 1ª

#### Das Termos de Fiscalização

Art. 83 - A autoridade ou funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências, fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado de que apurou, de que constará, além de mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou constatação da infração, ainda que só nãõ resida o fiscalizado ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os clares ser preenchidas e não e inutilizadas as entrelinhas em branco.

§ 2º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo, autenticada pela autoridade, contra recebe original.

§ 3º - A recusa de receber, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 1º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente nos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar os documentos de fiscalização ou infração, mediante declarações da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses das incapazes, definidas pela lei civil.

### Seção 2º

#### Da Apreensão de Bens e Documentos

Art. 84 - Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional, de contribuinte, responsáveis ou de tecelões, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração tributária, estabelecidas neste Código em lei ou regulamento.

Parágrafo único - Havendo prova, ou fundada suspeita, de que as coisas se encontrem em residência particular ou lugar utilizado como mercearia, serão promovidas as buscas e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a fuga clandestina.

Art. 85 - Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 96 deste Código.

Parágrafo único - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação de lugar onde ficaram depositadas e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idônio, a juiz do autuante.

Art. 86 - Os documentos apreendidos poderão, ao requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia de inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 87 - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo único - Em relação à matéria deste artigo, aplica-se no que couber o disposto nos artigos 120 a 122 deste Código.

Art. 88 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados à hasta pública ou leilão.

§ 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º - Assurando-se, na venda, importância superior ao tributo e à multa de vícios, será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

### Seção 3º

#### Na Notificação Preliminar

Art. 89 - Verificando-se emissão não devida de pagamento de tributo, ou qualquer infração de lei ou regulamento, de que possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 6 (seis) dias, regularize a situação.

§ 1º - Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusara temer conhecimento da notificação preliminar.

Art. 90 - A notificação preliminar será feita em fórmula destacada de talonário próprio, no qual ficará cópia a carbene, com o "ciente" do notificado, e conterá os elementos seguintes:

- I - nome do notificado;
- II - local, dia e hora da lavratura;
- III - discriminação de fato que motivou e indicação do dispositivo legal de fiscalização, quando couber;
- IV - valor do tributo e da multa devidos;
- V - assinatura do notificante.

Parágrafo único - Aplicam-se a este artigo as disposições constantes dos parágrafos 1º a 4º do artigo 83.

Art. 91 - Considera-se convencido de débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

- I - quando fôr encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição;
- II - quando houver prevas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento de tributo;
- III - quando fôr manifesto o ânimo de senegar;
- IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorridos um ano, contados da última notificação preliminar.

#### Seção 4ª

##### Da Representação

Art. 93 - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente da Fazenda Municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra tâda ação ou emissão contrária a disposições deste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Art. 94 - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor; será acompanhada de prevas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fates anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Art. 95 - Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conferme couber, notificará preliminarmente o infrator, autuando-o ou arquivará a representação.

#### CAPÍTULO II Das Ates Iniciais

##### Seção 1ª

##### Do Auto de Infração

Art. 96 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

- I - mencionar o local, o dia e a hora da lavratura;
- II - referir ao nome do infrator e das testemunhas, se houver;

- III - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referência ao termo de fiscalização, em que se consignou a infração quando for o caso;
- IV - conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.
- § 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.
- § 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.
- § 3º - Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.
- Art. 97 - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apresentação e então conterá, também, os elementos deste (artigo 85 e parágrafo único).

Art. 98 - Da lavratura do auto será intimado o infrator:

- I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;
- II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmando pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.
- III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

Art. 99 - A intimação presume-se feita:

- I - quando pessoal, na data do recibo;
- II - quando por carta, na data do recibo de volta, e se for esta omitida 15 (quinze) dias após a entrega da carta no Correio;
- III - quando por edital, no termo do prazo, contado este da data da afixação ou da publicação.

Art. 100 - As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo, e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 98 e 99 deste Código.

## Seção 2ª

### Das Reclamações Contra Lançamento

- Art. 101 - O contribuinte que não concordar com lançamento poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação no órgão oficial, da afixação do edital, ou do recebimento do aviso.
- Art. 102 - A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.
- Art. 103 - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão do lançamento.
- Art. 104 - A reclamação contra lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

## CAPÍTULO III

### Da Defesa

Art. 105 - O autuado apresentará defesa no prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação.

Art. 106 - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde correr o processo, contra recibo. Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias para impugná-la, o que fará na forma do artigo seguinte.

Art. 107 - Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).

Art. 108 - Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento será dada vista a funcionário da repartição competente para aquela operação, a fim de apresentar a defesa, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que receber o processo.

#### CAPITULO IV

##### Das Provas

Art. 109 - Findos os prazos a que se referem os artigos 105 e 106 deste Código, o dirigente da repartição responsável pelo lançamento deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias, e fixará o prazo não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outras devam ser produzidas.

Art. 110 - As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, nas formas do artigo anterior; quando requeridas pelo autuante, ou nas reclamações contra lançamento pelo funcionário da Fazenda, ou quando ordenada de ofício, poderão ser atribuídas a agente de fiscalização.

Art. 111 - Ao autuado e ao autuante será permitido, sucessivamente, reprimir as testemunhas; do mesmo modo, ao reclamante e ao impugnante, nas reclamações contra lançamento.

Art. 112 - O autuado e o reclamante poderão participar das diligências, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do termo da diligência, para serem apreciadas no julgamento.

Art. 112 - O autuante e o reclamante poderão participar das diligências, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do termo da diligência, para serem apreciadas no julgamento.

Art. 113 - Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos, das repartições da Fazenda Pública, ou em depoimento pessoal de seus representantes, ou funcionários.

#### CAPITULO V

##### Da Decisão em Primeira Instância

Art. 114 - Findo o prazo para a produção de provas, ou perempto o direito de apresentar a defesa, o processo será presente à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se entender necessário, autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante, e ao impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um, para alegações finais.

§ 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para proferir decisão.

§ 3º - A autoridade não fica estrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 4º - Se não se considerar habilitade a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas, observado o disposto no Capítulo IV e prosseguindo-se na forma deste Capítulo, na parte aplicável.

Art. 115 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do ato de infração ou da reclamação contra lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num outro caso.

Art. 116 - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fôr julgado procedente o ato de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

## CAPITULO VI

### Dos Recursos

#### Seção 1ª

##### Do Recurso Voluntário

Art. 117 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito, interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de ciência da decisão, pelo autuado ou reclamante, pelo autuante ou pelo funcionário que houver produzido a defesa, nas reclamações // contra lançamento.

Art. 118 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

#### Seção 2ª

##### Da Garantia de Instância

Art. 119 - Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado ou reclamante se rá encaminhado ao Prefeito, sem o prévio depósito de metade das // quantias exigidas, extinguindo-se o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo legal.

Parágrafo único - São dispensados de depósito os servidores públicos que re - correm de multas impostas com fundamento no art. 81 deste Código.

Art. 120 - Quando a importância total do litígio exceder 2 (duas) vezes o sa - lário-mínimo regional, se permitira a prestação de fiança para in - terposição do recurso voluntário, requerida no prazo a que se refe - re o art. 117 deste Código.

§ 1º - A fiança prestar-se-á mediante indicação de fiador idôneo, ajuizo da Administração, ou pela caução de títulos da dívida pública.

§ 2º - Ficará anexado ao processo o requerimento que indicar fiador, com a expressa adquiescência deste e, se fôr casado, também de sua mu - lher, sob pena de indeferimento.

§ 3º - A fiança mediante caução far-se-á no valor dos tributos e multas/ exigidos e pela cotação dos títulos no mercado, devendo o recorren - te declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, no prazo de 8 (oito) dias, contados da no - tificação, se o produto na venda dos títulos não fôr suficiente pa - ra a liquidação do débito:

Art. 121 - Julgado inidôneo o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando protocolado o reque - rimento de prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes da idoneidade do mesmo.

Parágrafo único - Não se admitirá como fiador o sócio solidário, quotista ou / comanditário da firma recorrente nem o devedor da Fazenda Municipal.

Art. 122 - Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o de - pósito, dentro de 5 (cinco) dias, ou de prazo igual ao que lhe res - tava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fian - ça, se este prazo fôr maior.

Seção 3<sup>a</sup>  
Do Recurso de Ofício

**Art. 123** - Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Prefeito, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder de 2 (duas) vezes o salário-mínimo regional.

**Parágrafo único** - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber a medida, compete ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

CAPITULO VII

Da Execução das Decisões Fiscais

**Art. 124** - As decisões definitivas serão cumpridas:

- I - pela notificação do contribuinte e, quando fôr o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazerem o pagamento do valor da condenação e, em consequência, receberem os títulos depositados em garantia da instância;
- II - pela notificação do contribuinte para vir receber importância reconhecida indevidamente como tributo ou multa;
- III - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância;
- IV - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;
- V - pela liberação das mercadorias apropriadass e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no art. 88 e seus parágrafos, deste Código.
- VI - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se referem os números I, III e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecidos.

**Art. 125** A venda de títulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação; e, deduzidas as despesas legais da venda, inclusive taxa oficial de corretagem, proceder-se-á, em tudo o que couber, de acordo com o art. 124, número IV, e com o § 3º do art. 120, deste Código.

TÍTULO III  
Do Cadastro Fiscal  
CAPITULO I

Disposições Gerais

**Art. 126** - O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

- I - o Cadastro Imobiliário;
- II - o Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes;
- III - o Cadastro dos Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza;
- IV - O Cadastro dos Veículos e Aparelhos Automotores.

**§ 1º** - O Cadastro Imobiliário compreende:

- a) - os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas a urbanização;
- b) - as edificações existentes, ou que vierem a ser construídas, nas áreas urbanas e urbanizáveis.

- § 2º - O Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes, compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústrias e de comércio, habituais e lucrativas, exercidas no âmbito do Município, em conformidade com as disposições do Código Tributário Nacional e da lei estadual relativas ao imposto incidente sobre a circulação de mercadorias.
- § 3º - O Cadastro dos Prestadores de Serviços de qualquer natureza compreende as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito à tributação municipal.
- § 4º - O Cadastro dos Veículos e Aparelhos Automotores compreende o registro geral, para fins de identificação da propriedade ou da posse, de todos os bens de tração ou propulsão motora, animal ou humana, inclusive embarcações e elevadores sujeitos ao licenciamento e à tributação pelas autoridades municipais, para uso ou tráfego.
- § 5º - Ficam igualmente sujeitos à inscrição no Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores os bens destinados a puxar ou arrastar máquinas de qualquer natureza ou executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação, desde que lhes sejam facultados transiter em vias terrestres.

- Art. 127 - Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados no § 1º do artigo anterior e aqueles que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie, exerçerem a atividade lucrativa no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário da Prefeitura.
- Art. 128 - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes, de âmbito federal, para melhor caracterização de seus registros.
- Art. 129 - A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastro a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência, especialmente, os relativos à contribuição de melhoria.

## CAPÍTULO II

### De Inscrição no Cadastro Imobiliário

- Art. 130 - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida:
- I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
  - II - por qualquer dos condôminos, em seu tratando de condomínio;
  - III - pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;
  - IV - pelo possuidor do imóvel a qualquer título;
  - V - de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regularmente;
  - VI - pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.
- Art. 131 - Para efetivar a inscrição, no Cadastro Imobiliário, dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.
- § 1º - A inscrição será efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da escritura edilicíativa ou da promessa de compra e venda do imóvel.

§ 2º - Por ocasião da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida deverá ser exibido o título de propriedade, ou de compromisso de compra e venda, para as necessárias verificações.

§ 3º - Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências deste artigo, sob pena de multa prevista neste Código para os faltosos.

Art. 132 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Parágrafo único - Incluem-se também na situação prevista neste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 133 - Em se tratando de área lotada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura, deverá o impresso de inscrição ser acompanhado de uma planta completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, os logradouros, as quadras e os lotes, a área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art. 134 - Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, no mês de janeiro de cada ano, ao órgão fazendário competente, relações dos lotes que no ano, ao órgão fazendário competente, realçado lotes que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e endereço, os números do quarteirão e do lote e o valor do contrato de venda, a fim de ser feita a anotação no Cadastro Imobiliário.

Art. 135 - Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculos do lançamento dos tributos municipais.

Parágrafo único - A comunicação a que se refere este artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à alteração respectiva na ficha de inscrição.

Art. 136 - A concessão de "HABITE-SE" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada, só se completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente à certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário.

### CAPÍTULO III

#### Da Inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes

Art. 137 - A inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes será feita pelo responsável, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento, fornecida pela Prefeitura.

Parágrafo único - Entende-se por Produtor, Industrial ou Comerciante, para os efeitos de tributação municipal do imposto incidente sobre a circulação de mercadorias, aquelas pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidas ou não, assim definidas e qualificadas como responsáveis pelo tributo, pela legislação estadual e regulamentos.

Art. 138 - A ficha de inscrição do Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes deverá conter:

I - o nome, a razão social, ou a denominação sob cuja responsabilidade deve funcionar o estabelecimento ou ser exercidos os atos de comércio, produção e indústria;

II - a localização do estabelecimento, seja na zona urbana ou rural, compreendendo a numeração do prédio, do pavimento e da sala ou outro tipo de dependência ou sede, conforme o caso, ou de propriedade rural a ele sujeita;

III - as espécies principal e acessórias da atividade;

IV - a área total do imóvel, ou de parte dele, ocupada pelo estabelecimento e suas dependências;

V - outras dades previstas em regulamento.

Parágrafo único - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

- quanto aos estabelecimentos novos, antes da respectiva abertura ou início dos negócios;
- quanto aos já existentes, dentro de prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência deste Código.

Art. 139 - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrerem, as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no artigo anterior.

Parágrafo único - No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 140 - A cessão de estabelecimento será comunicada à Prefeitura dentro de prazo de 30 (trinta) dias, a fim de ser anotada no Cadastro.

Parágrafo único - A anotação no Cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, indústria ou comércio.

Art. 141 - Para os efeitos deste capítulo considera-se estabelecimento o local fixo ou não, de exercício de qualquer atividade produtiva, industrial, comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual ainda que no interior de residência, desde que a atividade não seja caracterizada como de prestação de serviço.

Art. 142 - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócios, estejam localizadas em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contiguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

#### CAPITULO IV

##### Da Inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza

Art. 143 - A inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza será feita pelo responsável, empresa ou profissional autônomo, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento fixo, ou para o local, em que normalmente desempenha atividades de prestação de serviços.

#### CAPITULO V

##### Da Inscrição no Cadastro de Veículos e Aparelhos Autônomos

Art. 144 - A inscrição de veículos e aparelhos autônomos no Cadastro Fiscal da Prefeitura será promovida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, mediante preenchimento e entrega na repartição competente de ficha própria que os caracterize.

Parágrafo único - A inscrição de que trata este artigo deverá ser permanentemente atualizada, ficando os proprietários ou possuidores dos veículos e aparelhos autônomos obrigados a comunicar à repartição competente, para esse fim, todas as modificações que ocorrerem nas suas características, assim como transferências de posse ou diminui-

## PARTE ESPECIAL

### TÍTULO IV

#### Do Impôsto sobre a Propriedade Territorial Urbana

##### CAPITULO I

###### Da Incidência, das Isenções e das Reduções

**Art. 145** - O impôsto territorial urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terrenos, construídos ou não localizados nas zonas urbanas do Município.

**§ 1º** - Para os efeitos deste imposto, entende-se como zonas urbanas / as definidas em ato do Poder Executivo, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos:

- a) - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) - abastecimento de água;
- c) - sistema de esgotos sanitários;
- d) - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- e) - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**§ 2º** - Consideram-se também urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

**Art. 146** - São isentos do imposto territorial urbano os terrenos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município.

**Art. 147** - Aos proprietários de terreno com área não inferior a 20.000 (.vinte mil) metros quadrados, que nêles tenham promovido os melhoramentos abaixo especificados, sem ônus para os cofres municipais, poderão ser concedidas, pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, reduções do imposto devido, na forma seguinte:

I -	canalização de água potável	10%
II -	esgotos	10%
III -	pavimentação	10%
IV -	canalização ou galerias para águas pluviais	5%
V -	guias e sargentas	5%

**Parágrafo único** - A redução será proporcional à extensão de testadas correspondente ao melhoramento efetivamente executado.

**Art. 148** - O imposto territorial urbano constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou / de direitos reais a ela relativos do compromissário comprador se este estiver na posse do imóvel.

##### CAPITULO II

###### Da aliquota e Base de Cálculo

**Art. 149** - O imposto territorial urbano será cobrado na base de 2% (dois) por cento, sobre o valor venal do terreno.

**Parágrafo único** - O imposto territorial urbano que incide sobre o terreno construído será reduzido de 40% (quarenta por cento), quando / seu proprietário nêle residir e desde que não possua outro imóvel no Município.

**Art. 150** - O valor venal dos terrenos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando-se em conta, a critério da repartição, os seguintes elementos:

- I - o valor declarado pelo contribuinte;
- II - o índice médio de valorização correspondente à zona em que esteja situada o imóvel;
- III - o preço do terreno nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas;
- IV - a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;
- V - quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

Art. 151 - Na determinação da base de cálculos não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 152 - O critério a ser utilizado para apuração dos valores que servirão de base de cálculos para o lançamento do imposto territorial urbano será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Art. 153 - O mínimo do imposto territorial urbano será de centésimos do salário-mínimo regional.

## CAPITULO VII

### Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 154 - O lançamento do imposto territorial urbano, sempre que possível, será feito em conjunto com o dos demais tributos que recaem sobre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Art. 155 - Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o terreno no Cadastro Imobiliário.

§ 1º - No caso de condôminio, respondendo dígo figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.

§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do terreno.

§ 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferida para o nome dos sucessores; para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4º - Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobreestado, serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 5º - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do promissário comprador, se este estiver da posse do imóvel.

Art. 156 - O lançamento e o recolhimento do imposto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

Parágrafo único - O lançamento será anual e o recolhimento se fará no número de quotas que o regulamento fixar.

## TITULO V

### Do Impôsto sobre a Propriedade Predial Urbana

#### CAPITULO I

##### Da Incidência e das Isenções

Art. 157 - O impôsto predial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou posse, conjuntamente ou não, com os respectivos terrenos, de prédios situados nas zonas urbanas do Município.

§ 1º - Considera-se prédios, para os efeitos deste artigo, todas as edificações ou construções que possam servir à habitação, ao uso ou recreio, seja qual for sua denominação, forma ou destino.

§ 2º - Para efeito deste impôsto, entende-se como zona urbana a definida nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 145 deste Código.

Art. 158 - São isentos do impôsto os prédios cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município.

#### CAPITULO II

##### Da Alíquota e Base de Cálculo

Art. 159 - O impôsto será cobrado na base de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor venal da edificação ou construção, com exclusão do terreno.

Parágrafo único - O impôsto predial que incide sobre o valor venal da edificação ou construção será reduzido de 50% (cincoenta por cento), quando seu proprietário nela residir e desde que não possua outro imóvel no Município.

Art. 160 - O valor venal da edificação ou construção será calculado levando-se em conta os seguintes fatores:

- I - a área construída;
- II - o valor unitário da construção;
- III - o estado de conservação da edificação.

Art. 161 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do impôsto predial será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Parágrafo único - O mínimo do impôsto predial será de quarenta centésimos do salário-mínimo regional.

#### CAPITULO III

##### Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 162 - O lançamento e a arrecadação do impôsto predial será feito, sempre que possível, em conjunto com o impôsto territorial urbano incidente sobre o terreno em que esteja situado o prédio, tornando-se por base a situações existentes ao encerrar-se o exercício anterior e observando-se, no que couber, o disposto no capítulo III do Título IV deste Código.

Parágrafo único - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome de seus proprietários co-dominio.

Art. 163 - O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

#### TITULO VI

### Do Impôsto Municipal sobre a Circulação de Mercadorias

#### CAPITULO I

##### Da Incidência e das Isenções

Art. 164 - O impôsto municipal sobre a circulação de mercadorias tem como fato gerador a saída destas de estabelecimento predutor, industrial ou comercial, situado no território do Município, e será cobrado com base na legislação estadual pertinente.

Art. 165 - O imposto incidirá igualmente nas operações que forem objeto de isenção estadual, assim como nos casos em que da lei estadual resultar o respectivo diferimento, para a operação subsequente realizada fora do território do Município.

§ 1º - Nas hipóteses previstas neste artigo, o Município cobrará o imposto como se a operação fosse tributada pelo Estado, nos termos da legislação deste, aplicando-se a alíquota do imposto municipal.

§ 2º - Poderá deixar de ser aplicada o disposto neste artigo se, em virtude de convênio celebrado com o Estado, ficar assegurado ao Município o resarcimento do montante correspondente.

## CAPITULO II

### Da Alíquota, da Base de Cálculo e do Recolhimento

Art. 166 - A base de cálculo do imposto é o montante devido ao Estado, a título do imposto de circulação de mercadorias e respectivos adicionais, sendo a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único - A alíquota referida no artigo anterior será uniforme para todas as mercadorias.

Art. 167 - O imposto será recolhido por guia, nos mesmos prazos estabelecidos para o recolhimento do imposto estadual.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Estado convênio para arrecadação do imposto municipal juntamente com o imposto estadual sobre a circulação de mercadorias.

## CAPITULO III

### Das Penalidades e das Multas

Art. 168 - As infrações à legislação deste imposto serão punidas pela autoridade municipal com multas equivalentes a 30% (trinta por cento) do montante que resultaria da aplicação da legislação estadual a infração idêntica.

## TITULO VII

### Do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza

## CAPITULO I

### Da Incidência e das Isenções

Art. 169 - O imposto sobre os serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, por empréza ou profissional autônomo com ou sem estabelecimento fixo, de serviço que não configure, por si só, fato gerador de imposto de competência da União ou dos Estados.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, considera-se serviço:

- o fornecimento de trabalho, ou a prestação de serviços com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos, a usuários ou consumidores finais;
- a locação de bens móveis;
- a locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza.

§ 2º - As atividades a que se refere o parágrafo anterior, quando acompanhadas de fornecimento de mercadorias, serão consideradas:

- de caráter misto, se o fornecimento de mercadorias for superior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita bruta média mensal do estabelecimento;
- como representando exclusivamente prestação de serviço, nos demais casos.

Parágrafo único - Excluem-se do disposto neste artigo os serviços de transporte e comunicações, salvo os de caráter estritamente / municipal.

Art. 170 - São isentos do imposto:

- I - os assalariados, como tais definidos pelas leis trabalhistas e pelos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos, tácitos ou expressos, de prestação de trabalho a terceiros;
- II \* os diretores de sociedades anônimas, por ações e de economia mista, bem como outros tipos de sociedades civis e comerciais, mesmo quando não sejam sócios, quotistas, acionistas ou participantes;
- III - os servidores públicos federais, estaduais, municipais e/autárquicos, inclusive os inativos, amparados pelas respectivas legislações que os definam nessa situação ou condição.

## CAPITULO II

### Da Alíquota e da Base de Cálculo

Art. 171 - O imposto será calculado sobre o preço do serviço ou sobre a receita bruta mensal do contribuinte, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único - No caso da terra a do § 2º do art. 169, o imposto/ será calculado sobre 50% ( cinquenta por cento ) da receita bruta.

Art. 172 - O imposto será cobrado por meio de alíquotas percentuais, de acordo com a Tabela I, anexa a este Código.

Art. 173 - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da receita bruta resultante da prestação de serviços, ou quando os registros relativos ao imposto não merecerem fé pelo Fisco, tomar-se-á para base de cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

- I - valor nas matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;
- II - fólha de salários pagos durante o ano, adicionada de honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios / ou gerentes;
- III - 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dele, e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo;
- IV - despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.

Art. 174 - O disposto no art. 171 e 173 não se aplica nos casos em que a receita bruta correspondem, exclusivamente, à remuneração de trabalho pessoal do contribuinte.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o imposto será cobrado / por meio de alíquotas fixas, de acordo com o disposto na Tabel I, anexa a este Código.

## CAPITULO III

### Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 175 - O imposto será recolhido por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, de acordo com o modelo, forma e prazo estabelecidos no regulamento.

Art. 176 - Os contribuintes sujeitos ao imposto com base na receita bruta mensal manterão, obrigatoriamente, sistema de registro do valor dos serviços prestados, na forma do regulamento.

Art. 177 - O montante do imposto a recolher será arbitrado pela autoridade competente:

- I - quando o contribuinte deixar de apresentar a guia de recolhimento no prazo regulamentar;
- II - quando o contribuinte apresentar guia com omissão dolosa ou // fraude;
- III - quando inexistirem os registros a que se refere o art. 176 ou fôr dificultado o exame dos mesmos.

Art. 178 - O procedimento de ofício de que trata o artigo anterior prevalecerá até prova em contrário, feita antes do lançamento do imposto.

Art. 179 - O lançamento do imposto de serviço será feito pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, de todos os contribuintes inscritos existentes no Cadastro dos Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza, de que trata o Capítulo IV, Título III, deste Código.

Art. 180 - Consideram-se empresas distintas, para efeito de lançamento e cobrança do imposto:

- I - as que, embora no mesmo local, ainda com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II - as que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 181 - As pessoas físicas ou jurídicas, que, na condição de prestadores de serviço de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornarem sujeitas à incidência do imposto serão lançadas a partir do trimestre em que iniciarem as atividades.

Art. 182 - As empresas ou profissionais autônomos de prestação de serviços de qualquer natureza, que desempenharem atividades classificadas em mais de um dos grupos de atividades constantes das tabelas anexas a este Código, estarão sujeitos ao imposto com base na alíquota imediatamente inferior a mais elevada e correspondente a uma dessas atividades.

Art. 183 - No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o imposto poderá ser recolhido por meio de estampilhas, conforme dispuser o regulamento.

## TITULO VIII

### Das Taxas

#### CAPITULO I

##### Da Incidência e das Isenções

Art. 184 - Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviços público específico e direcional, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas, pelo Município, as seguintes taxas:

- I - de aferição de pesos e medidas;
- II - de licença
- III - de expediente e serviços diversos;
- IV - de serviços urbanos.

Art. 185 - São isentos das taxas de serviços urbanos:

- I - os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;
- II - os templos de qualquer culto.

Art. 186 - São isentos da taxa de licença para tráfego os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal.

## CAPITULO II

### Da Taxa de Aferição de Pesos e Medidas

Art. 187 - A taxa de aferição de balanças, pesos e medidas recai sobre as pessoas físicas ou jurídicas, que no exercício de atividade lucrativa medir ou pesar qualquer artigo destinado a venda utilizado pelo público e será arrecadada na conformidade da tabela anexa a este Código.

Art. 188 - As pessoas referidas no artigo anterior são obrigadas a possuir medidas, pesos, balanças e outros aparelhos ou instrumentos de pesar ou medir, devidamente aferidos na Prefeitura.

Parágrafo único - A aferição de que trata este artigo se processará nos termos e condições previstos na lei de posturas municipais, observada a legislação federal respectiva.

Art. 189 - As aferições serão feitas anualmente, ou quando necessário, no decorso do exercício e se processarão:

- I - na repartição competente, quando se trata de inicio de atividade / que por sua natureza, estejam obrigadas ao uso de pesos, balanças, medidas ou qualquer instrumento ou aparelho de pesar ou medir;
- II - a domicilio, nos estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviço, na forma declarada em instruções ou nas posturas municipais;
- III - na repartição competente, quando se trata de pesos, medidas e balanças usadas por ambulantes.

Art. 190 - O uso de pesos, medidas e balanças, inclusive de quaisquer instrumentos ou aparelhos de pesar ou medir, não aferidos previamente ou ainda, a falta ou adulteração dos mesmos, constituirão infração passível das penalidades previstas no Capítulo XII, Título I, deste Código.

## CAPITULO III

### Das Taxas de Licença

#### Seção 1a

##### Disposições Gerais

Art. 191 - As taxas de licença têm como fato gerador o poder de polícia do Município na outorga de permissão para o exercício de atividades ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização pelas autoridades municipais.

Art. 192 - As taxas de licença são exigidas para:

- I - localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços, na jurisdição do Município;
- II - renovação da licença para localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços;
- III - funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horário diogo horários especiais;
- IV - exercício, na jurisdição do Município, de comércio eventual ou ambulante;
- V - execução de obras particulares;
- VI - execução de arruamentos e loteamentos em terrenos particulares;

VII - Tráfego de veículos e outros aparelhos automotores;

VIII - publicidade;

IX - ocupação de áreas em vias e logradouros públicos;

X - abate de gado fora do Matadouro Municipal.

Art. 193 - Para efeito da cobrança da taxa de licença são considerados estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços os definidos nos arts. 137 a 143 deste Código.

### Seção 2<sup>a</sup>

Da Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção Comércio, Indústria e Prestação de Serviços

Art. 194 - Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indústria ou prestação de serviço de qualquer natureza poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

Parágrafo único - As atividades cujo comércio ex digo cujo exercício dependam de autorização de competência exclusiva da União, ou do Estado, não estão isentas da taxa de que trata este artigo.

Art. 195 - O pagamento da licença a que se refere o artigo anterior será exigido por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento, ou cada vez que se verificar mudança do ramo de atividade.

§ 1º - A taxa será cobrada na base de 2% (dois por cento), sobre o valor do capital registrado do estabelecimento ou, na sua falta, do capital social total arbitrado pela autoridade municipal.

§ 2º - Entende-se por capital social total do empreendimento a soma dos / capitais próprios e alheios, demonstrados contabilmente, pelos responsáveis ou seus representantes legais.

Art. 196 - Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços serão acompanhados de competente ficha de inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para esse fim no Título III, deste Código.

Art. 197 - A licença para localização e instalação inicial é concedida mediante despacho, expedindo-se o Alvará respectivo.

Art. 198 - A taxa de licença de que trata esta Seção independe de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença; a licença inicial, concedida depois de 30 de junho, será arrecadada pela metade.

### Seção 3<sup>a</sup>

Da Taxa de Renovação da Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços

Art. 199 - Além da taxa de licença para localização, os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços estão sujeitos, anualmente, à taxa de renovação da licença para localização.

Art. 200 - A taxa de renovação de licença para localização será cobrada na base de 0,5% (meio por cento) (digo cinco décimo por cento) sobre o valor do capital do estabelecimento, atualizado pelo Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Art. 201 - O Alvará de licença será também renovado anualmente e fornecido independentemente de novo requerimento, desde que o contribuinte haja efetuado o pagamento da taxa e esteja inscrito no Cadastro Fiscal / da Prefeitura.

Art. 202 - Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar na posse do Alvará de que trata o artigo anterior, após de corrido o prazo para pagamento da taxa de renovação.

Parágrafo único - O Alvará de licença será conservado em lugar visível.

Art. 203 - O não cumprimento do disposto no artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato da autoridade competente.

§ 1º - A interdição será procedida de notificação preliminar do responsável pelo estabelecimento, dando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que regularize sua situação.

§ 2º - A interdição não exime o faltoso do pagamento da taxa e das multas devidas.

Art. 204 - Far-se-á, anualmente, o lançamento da taxa de renovação da licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamento.

#### Seção 4ª

##### Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

Art. 205 - Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

Art. 206 - A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, mês ou ano, de acordo com a tabela anexa a este Código, e arrecadada antecipada e independentemente de lançamento.

Art. 207 - É obrigatória a fixação, junto do Alvará de licença de localização, em local visível à fiscalização, do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas neste Código.

#### Seção 5ª

##### Da Taxa de Licença para Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante

Art. 208 - A taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia.

§ 1º - Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festeiros ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

§ 2º \* É considerado, também, como comércio eventual, o que é exercido em instalações removíveis, colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas e taboleiros e semelhantes.

§ 3º - Comércio ambulante é o exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Art. 209 - Serão definidas em regulamento as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias ou logradouros públicos.

Art. 210 - A taxa de que trata esta Seção será cobrada de acordo com a tabela anexa a este Código e na conformidade do respectivo regulamento, observados os seguintes prazos:

I - antecipadamente, quando por dia;

II - até o dia 5 (cinco) do mês em que fôr devida, quando mensalmente;

III - durante o primeiro mês de semestre em que fôr devida, quando por ano.

- Art. 211 - O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, não dispensa a cobrança da taxa de ocupação de solo.
- Art. 212 - É obrigatoriamente a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.
- § 1º - Não se inclui na exigência deste artigo os comerciantes com estabelecimento fixo, que, por ocasião de festeiros ou comemorações, explorem o comércio eventual ou ambulante.
- § 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.
- Art. 213 - Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfizer às exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa, destinado a basear a cobrança desta.
- Art. 214 - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.
- Art. 215 - São isentos da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante;
- I - os coegos e mulillados que exerçerem exercício de comércio ou indústria em escala infíma;
  - II - Os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
  - III - Os engraxates ambulantes;

#### Seção 6ª

##### Da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares

- Art. 216 - A taxa de licença para execução de obras particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição / de prédios e muros ou qualquer outra obra, dentro das áreas urbanas urbanas do Município.
- Art. 217 - Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra, de / qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.
- Art. 218 - A taxa de licença para execução de obras particulares será cobrada de conformidade com a tabela anexa a este Código.
- Art. 219 - São isentos da taxa de licença para execução de obras particulares:
- I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios muros e gradis;
  - II - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas;

#### Seção 7ª

##### Da Taxa de Licença para Execução de Arruamentos e Loteamentos de Terrenos Particulares

- Art. 220 - A taxa de licença para execução de arruamentos de terrenos particulares é exigível pela permissão outorgada pela Prefeitura, na forma da lei, e mediante prévia aprovação(outorgada pela digo outorgada) dos respectivos planos ou projetos, para arruamento ou parcelamento de terrenos particulares, segundo o zoneamento em vigor no Município.

Art. 221 - Nenhum plano ou projeto de arroamento ou loteamento poderá ser executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata esta Seção.

Art. 222 - A licença concedida constará de Alvará, no qual se mencionarão as obrigações do loteamento digo loteador ou arruador, com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

Art. 223 - A taxa de que trata esta Seção será cobrada de conformidade com a tabela anexa a este Código.

#### Seção 8a

##### Da Taxa de Licença para o Tráfego de Veículos

Art. 224 - A taxa de licença para o tráfego de veículos é devida por todos os proprietários ou possuidores de veículos em circulação no Município e será cobrada anualmente, de conformidade com a tabela anexa a este Código.

Art. 225 - O pagamento da taxa será feito de uma só vez, anualmente, antes de ser feita a renovação do respectivo emplacamento pelas repartições competentes.

Parágrafo único - Cobrar-se-á pela metade a taxa referente a veículo licenciado pela primeira vez, no segundo semestre do exercício.

Art. 226 - A baixa do veículo, no registro, quando requerida depois do mês de janeiro, sujeita o proprietário ao pagamento da taxa correspondente a todo o exercício.

Art. 227 - São isentos da taxa de licença para o tráfego de veículos:

I - os veículos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores, quando se destinarem exclusivamente aos serviços de suas / lavouras e ao transporte de seus produtos;

II - os veículos destinados aos serviços agrícolas usados unicamente dentro das propriedades rurais de seus possuidores;

III - pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, os veículos de passageiros em trânsito, excursão ou turismo, devidamente licenciados em outros Municípios.

#### Seção 9a

##### Da Taxa de Licença para Publicidade

Art. 228 - A exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e ladeiros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura e, quando fôr o caso, ao pagamento da taxa devida.

Art. 229 - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;

II - a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas.

Parágrafo único - Compreende-se nestes artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis da via pública.

Art. 230 - Respondem pela observância das disposições desta Seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que tenham autorizado.

Art. 231 - Sempre que a licença depender de requerimento, este deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não fôr de propriedade do requerente, deverá êste juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 232 - Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis e anúncios sujeitos à taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Art. 233 - Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem, ficando por isso, sujeitos à revisão da repartição competente.

Art. 234 - A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo o período fixado para a publicidade e de conformidade com a tabela anexa a este Código.

§ 1º - Ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (dez por cento), da taxa, os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas, bem como os redigidos em língua estrangeira.

§ 2º - A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

§ 3º - Nas licenças sujeitas a renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

Art. 235 - São isentos de taxa de licença para publicidade:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais.

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

III - os disticos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrines internas.

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de rádio-difusão.

#### Seção 10ª

##### Da Taxa de Licença para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos

Art. 236 - Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiósque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais para fins comerciais, ou de prestação de serviços, e estacionamento privativo de veículo, em locais permitidos.

Art. 237 - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

#### Seção 11ª

##### Da Taxa de Licença para Abate de Gado fora do Matadouro Municipal

Art. 238 - O abate de gado destinado ao consumo público, quando não fôr feito no Matadouro Municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, precedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas posturas municipais.

Art. 239 - Concedida a licença de que trata o artigo anterior o abate do gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva, cobrada de acordo com a tabela anexa a este Código.

Art. 240 - A exigência da taxa não atinge o abate de gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimentos semelhantes, fiscalizadas pelo serviço federal competente, salvo quanto ao gado cuja carne fresca se destinar ao consumo local, ficando o abate nesse caso, sujeito ao tributo.

Art. 241 - A arrecadação da taxa de que trata esta Seção será feita no ato da concessão da respectiva licença ou, no caso do artigo anterior, ao ser a carne distribuída ao consumo local.

Art. 242 - Fica sujeito às penalidades previstas neste Código e nas posturas municipais quem abater gado fora do Matadouro Municipal, sem prévia licença da Prefeitura e pagamento das taxas devidas.

#### CAPITULO IV

##### Das Taxas de Expediente e Serviços Diversos

###### Seção 1ª

###### Da Taxa de Expediente

Art. 243 - A taxa de expediente é devida pela apresentação de petições e documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades municipais, ou pela lavratura de termos e contratos com o Município.

Art. 244 - A taxa de que trata este capítulo é devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato do governo municipal, e será cobrada de acordo com a tabela anexa a este Código.

Art. 245 - A cobrança da taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou processo mecânico na ocasião em que o ato for praticado, assinado, ou visado, ou em que o instrumento formal for prefechado, expedido ou anexado, desentranhado ou develvido.

Art. 246 - Ficam isentos da taxa de expediente os requerimentos e certidões relativas aos serviços de alistamento militar, ou para fins eleitorais.

###### Seção 2ª

##### Das Taxas de Serviços Diversos

Art. 247 - Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, de apreensão e depósito de bens móveis, semoventes e mercadorias, de alinhamento e nivelamento e de cemitério, inclusive quanto às casas-sé, serão cobradas as seguintes taxas:

- I - de numeração de prédios;
- II - de apreensão de bens móveis ou semoventes e mercadorias;
- III - de alinhamento e nivelamento;
- IV - de cemitérios.

Art. 248 - A arrecadação das taxas de que trata esta Seção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente, ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acordo com as tabelas anexas a este Código.

#### CAPITULO V

##### Da Taxa de Serviços Urbanos

Art. 249 - A taxa de serviços urbanos tem como fato gerador a prestação, pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública, iluminação pública, conservação de calçamento e vigilância e será devida pelos proprietários ou possuidores a qualquer título, de imóveis edificados ou não, localizados em legendas beneficiadas por esse serviço.

- Art. 250 - A taxa definida no artigo anterior incidirá sobre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços.
- Art. 251 - A base de cálculo da taxa de serviços urbanos é o metro de medida do terreno multiplicado pelo número de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição do contribuinte.
- Art. 252 - A alíquota da taxa de serviços urbanos será de 3% (três por cento) do salário-mínimo regional.
- Art. 253 - A taxa de serviços urbanos será cobrada juntamente com os impostos imobiliários.

## TITULO IX

### Da Contribuição de Melhoria

#### CAPITULO I

##### Disposições Gerais

- Art. 254 - A contribuição de melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, especialmente nos seguintes casos:
- I - abertura ou alargamento de ruas, parques, campos de esporte, vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, túneis e viadutos;
  - II - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização, ou iluminação de vias ou logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;
  - III - proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de cursos d'água;
  - IV - canalização de água potável e instalação de rede elétrica;
  - V - aterros e obras de embelezamento em geral, inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico.
- Art. 255 - Para cobrança da contribuição de melhoria a repartição competente deverá:
- I - publicar préviamente os seguintes elementos:
    - a) memorial descritivo do projeto;
    - b) orçamento do custo da obra;
    - c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
    - d) delimitação da zona beneficiada;
    - e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contida;
  - II - fixar o prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no número anterior.
- § 1º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integrarem o respectivo cálculo.
- § 2º - Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o nº I deste artigo.
- Art. 256 - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes, ou sucessores, a qualquer título.

- Art. 257 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:
- I - ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração;
  - II - extraordinário, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, dois terços dos proprietários interessados.
- Art. 258 - No custo das obras serão computadas as despesas de estudo e administração, desapropriação e operações de financiamento, inclusive juros não excedentes de 12% (doze por cento) ao ano sobre o capital empregado.
- Art. 259 - A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores venais dos terrenos presumivelmente beneficiados, constantes do Cadastro Imobiliário; na falta desse elemento, tomar-se-á por base a área ou testada dos terrenos.
- Art. 260 - Para o cálculo necessário à verificação da responsabilidade dos contribuintes, prevista neste Código, serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.
- Parágrafo único - A dedução de superfícies ocupadas por bens de uso comum e situadas dentro da propriedade tributada, somente ... transferido à União, ao Estado e ao Município.
- Art. 261 - No cálculo da contribuição de melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes de loteamento aprovados ou fisicamente divididos em caráter definitivo.
- Art. 262 - Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição de melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade as áreas contíguas, de um mesmo proprietário, ainda que proveniente de títulos diversos.
- Art. 263 - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno de edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.
- Art. 264 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a contribuição de melhoria correspondente digo corresponde à área pavimentada frenteira à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um. A área reservada a via ou logradouro interno, de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.
- Art. 265 - No caso de parcelamento de imóvel já lançado, poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis em que efetivamente se subdividir o primitivo.
- Art. 266 - Para efetuar os novos lançamentos previstos no artigo anterior será a quota relativa à propriedade primitiva distribuída de forma que a soma dessas novas quotas corresponda à quota global anterior.
- Art. 267 - As obras a que trata digo que se refere o número II do artigo 257, quando julgadas de interesse público, só poderão ser iniciadas após ter sido pelos interessados a caução fixada.
- § 1º - A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois-terços) do orçamento total previsto para a obra.

§ 2º - O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo rol de contribuições, em que mencionará, também, a caução que couber a cada interessado.

Art. 268 - Completadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias, examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e as cauções arbitradas.

§ 1º - Os interessados, dentro do prazo previsto neste artigo, deverão manifestar-se sobre se concordam ou não com o orçamento, as contribuições e a caução, apontando as dúvidas e enganos a serem sanados.

§ 2º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do // vencimento do prazo fixado no edital de que trata este artigo.

§ 3º - Não sendo prestadas, totalmente, es cauções, no prazo de que trata o § 2º, a obra solicitada não terá início, devolvendo-se as cauções depositadas.

§ 4º - Em sendo prestadas todas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas, as obras serão executadas, procedendo-se daí em diante na conformidade dos dispositivos relativos à execução de obras do plano ordinário.

§ 5º - Assim que a arredação individual das contribuições atingir quantia que, somada à das cauções prestadas, perfaz o total do débito de cada contribuinte, transferir-se-ão as cauções à respectiva, anotando-se no lançamento da contribuição a liquidação total do débito.

Art. 269 - Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias, referido no artigo anterior, poderá o proprietário reclamar contra a importância lançada, de acordo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento de tributos previstos neste Código.

Parágrafo único - A execução das obras e melhoramentos só terão início após o julgamento das reclamações de que trata este artigo.

Art. 270 - A contribuição de melhoria será paga de uma só vez, quando inferior à metade do salário-mínimo regional ou, quando superior a esta quantia, em prestações mensais, semestrais, ou anuais, além juros de 8% (oito por cento), não podendo o prazo para recolhimentos parcelados ser inferior a 1 (um) ano, nem superior a 5.. (cinco) anos.

Parágrafo único - É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas, com desconto dos juros correspondentes.

Art. 271 - Quando a obra fôr entregue gradativamente ao público, a contribuição de melhoria, a juizo da Administração, poderão ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluídas.

Art. 272 - É lícito ao contribuinte pagar o débito previsto com títulos da dívida pública municipal, pelo valor nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento em virtude da qual foi lançado.

Art. 273 - Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito à contribuição de melhoria, o órgão fazendário será cientificado a fim de, em certidão negativa que vier a ser fornecida, fazer constar o ônus fiscal correspondente aos imóveis respectivos.

Art. 274 - Não sendo fixada, em lei, a parte do custo da obra ou melhoramento a ser recuperada dos beneficiados, caberá ao Prefeito fazê-lo mediante decreto e observadas as normas estabelecidas neste Título.

Parágrafo único - O prefeito fixará, também, os prazos de arrecadação necessários à aplicação da contribuição de melhoria.

Art. 275 - Não caberá a exigência da contribuição de melhoria quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observância das disposições contidas neste Título.

## CAPITULO II

### Disposições Especiais sobre as Obras de Pavimentação

Art. 276 - Entendem-se por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação, propriamente dita, da parte carroçável das vias e logradouros públicos e dos passeios, os trabalhos preparatórios ou complementares habituais, como estudos topográficos, terraplanagem superficial, obras de escoamento local, guias, pequenas obras de arte e ainda os serviços administrativos, quando contratados.

Art. 277 - A contribuição de melhoria é devida pela execução de serviços de / pavimentação:

- I \* em vias no todo ou em parte ainda não pavimentadas;
- II - em vias cujo tipo de pavimentação, por motivo de interêsse público, a juízo da Prefeitura, deva ser substituído por outro de melhor // qualidade.

§ 1º - Nos casos de substituição por tipo idêntico ou equivalente não é devida a contribuição, desde que as obras primitivas hajam sido // executadas sob o regime de contribuição de melhoria, taxa de calçamento ou tributo equivalente.

§ 2º - Nos casos de substituição por tipo de melhor qualidade a contribuição será calculada tomando-se por base a diferença entre custo da pavimentação nova e o da parte correspondente ao antigo, reorçado este último com base nos preços do momento, reputar-se-a nulo, para esse efeito, o custo da pavimentação anterior, quando feita em material sili-argiloso, macadame ou com simples apedregulhamento.

§ 3º - Nos casos de substituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouros, a contribuição será calculada tomando-se por base toda a diferença do custo entre os dois calçamentos.

Art. 278 - O custo das obras de pavimentação, que vierem a ser executadas nos termos dos artigos anteriores, será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos marginais às vias e logradouros beneficiados tocando uma parte aos proprietários e a outra parte à Prefeitura e fazendo-se a distribuição da parte que toca aos proprietários, segundo o disposto no artigo 255 deste Código.

Art. 279 - Para cálculo da contribuição a ser cobrada de cada proprietário // marginal, não se tomará distância superior a metros entre o meio-fio e o eixo da via ou logradouro, em se tratando de via carroçável de largura superior a , metros, correndo o excesso por conta da Prefeitura.

Art. 280 - Assentado periódicamente o programa ordinário da pavimentação, procederão as repartições técnicas competentes à elaboração dos projetos e das especificações e orçamentos respectivos.

Art. 281 - Aprovado o orçamento de cada trecho típico e apurada a importância total a ser distribuída entre as áreas marginais, será verificadas quota correspondente a cada uma destas.

## CAPITULO III

### Disposições Especiais sobre as Obras de Construção de Estradas

Art. 282 - Entende-se por obras de construção de estradas os trabalhos de levantamento, locação, cortes, aterros, desaterros, terraplanagem, pavimentação, escoamento e suas respectivas obras de arte, como pontes viadutos, pontilhões, boeiros, mata-burros e outras, e, quando se tratar de obra contratada, os serviços de administração.

§ 2º - São ainda consideradas como obras de construção as de pavimentação asfáltica, poliéfrica ou paralelepípedo, quando executadas em todas a extensão de estrada, ligando uma aglomeração urbana a outra.

§ 2º - São consideradas apenas de conservação as obras de construção de desvios, retificação parcial, construção de pontes, viadutos, pontilhões, mata-burros e ensaibramento em estradas existentes.

Art. 283 - A contribuição de melhoria exigida na forma deste Capítulo determina-se, exclusivamente, a indenização parcial de despesas feitas com a construção de estradas municipais e será exigível // dos proprietários de terrenos marginais, lindeiros ou adjacentes as obras realizadas na área rural do Município, quando da obra resultar benefícios para os mesmos.

Art. 284 - O custo das obras de construção de cada estrada, observadas as disposições constantes do Capítulo I deste Título, será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos nas seguintes formas:

- I - um sexto (1/6) caberá aos proprietários dos terrenos marginais;
- II - um duodécimo (1/12) caberá aos proprietários dos terrenos adjacentes ou não à estrada construída, mas cujas propriedades passarem mediata ou imediatamente a ser servidas pela estrada e por ela beneficiadas;
- III - o restante caberá a Prefeitura, à conta das outras quotas do Fundo Rodoviário, ou de outras verbas destinadas à construção de estradas.

Art. 285 - Quando a construção for solicitada por interessados e a estrada se destinar ao uso privativo dos mesmos, cobrar-se-á o custo total das obras mediante, depósito prévio e integral do valor orçado.

Art. 286 - O cálculo da contribuição exigível de cada proprietário será // feito nas seguintes bases:

- I - levantar-se-á um rol dos imóveis beneficiados diretamente e outro dos beneficiados indiretamente pela obra executada, contendo os nomes dos proprietários e os valores venais de cada imóvel, excluídos os valores das benfeitorias, devendo cada rol ser somado separadamente;
- II - achar-se-ão, a seguir, separadamente, um sexto (1/6) e um duodécimo (1/12) do custo das obras executadas;
- III - dividindo-se o total de cada rol pela quantia correspondente a um sexto (1/6) ou a um duodécimo (1/12) do custo da obra, conforme for o caso, obter-se-á um quociente que, dividido pelo valor venal de cada terreno, dará a contribuição relativa a esse terreno.

Art. 287 - Aplicam-se, quanto aos condôminos, ao lançamento e à arrecadação desta taxa, as disposições constantes do Capítulo I deste / Título.

## TÍTULO X CAPÍTULO ÚNICO

### Das Disposições Finais

Art. 288 - Salário-mínimo, para os efeitos deste Código, é o vigente no Município a 31 de dezembro do ano anterior aquele em que se efetuar o lançamento ou se aplicar a multa.

Parágrafo único - Serão desprezadas as frações de CR\$ 100 (cem cruzeiros) até CR\$ 50 (cincoenta cruzeiros) inclusive, e arredondadas para mais as parcelas superiores a referida fração, ao ser considerado o salário-mínimo para os efeitos deste Código.

Art. 289 - Serão desprezadas as frações de CR\$ 1.000 (hum mil cruzeiros) na apuração da base de cálculos dos impostos predial e territorial urbano.

Art. 290 - Os créditos fiscais decorrentes de tributos de competência municipal, vigentes até 31 de dezembro de 1966, ficarão preservados em Lei de Orçamento independentemente de sua inscrição na Dívida Ativa do Município.

Art. 291 - Este Código entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Art. 292 - Em virtude das modificações sofridas na tabela tributária do Município, em consequência do novo sistema tributário municipal, que provavelmente, causará certas dificuldades na cobrança pelo novo sistema, fica o Prefeito Municipal autorizado, se houver necessidade, a fazer as alterações que forem necessárias no presente Código Tributário, desde que não venha ferir as leis e atos complementares vigentes.

TABELA I  
TABELAS PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPÔSTO SÔBRE OS SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

DISCRIMINAÇÃO	Alíquota
I - Profissões liberais:	
1º Médicos, engenheiros e advogados .....	40% sobre o salário mínimo.
2º Contadores, Dentistas e Enfermeiros .....	20% sobre o salário mínimo.
3º As demais profissões .....	10% sobre o salário mínimo.
II - Fornecimento de trabalho, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos.	3% sobre a receita bruta.
III - Atividades de construção ou reparação de bens imóveis de qualquer natureza, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas quer por meio de contrato de manutenção, empreitada ou administração.	2% sobre a receita bruta.
IV - As atividades do item anterior, quando acompanhadas do fornecimento de materiais.	6% sobre 50% da receita bruta.
V - Locação de bens de qualquer natureza.	2% sobre a receita bruta.
VI - Locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem ou guarda de bens de qualquer natureza.	3% sobre a receita bruta.
VII - Exercício de funções de diversões ou desportos públicos, por pessoas físicas ou jurídicas, localizadas ou não, como expectadoras, participantes ou prestadoras de serviços desta natureza.	4% sobre a receita bruta ou preço do ingresso.

## 2 - Antecipação de horário:

por dia .....	10
por mês .....	50
por ano .....	90

Aliquota Sobre o  
salário-mínimo

II - Taxa de Licença para Exercício de Comércio  
Eventual ou Ambulante

## a) Comercial Eventual

	Dia	Mês	Ano
3 - Alimentos preparados, inclusive refrigerantes, para venda em balcões, barracas ou mesas .....	-	3	15
4 - Aparelhos elétricos, de uso doméstico .....	-	2	10
5 - Armarinhos e miudezas .....	-	3	15
6 - Artefatos de couro .....	-	5	25
7 - Artigos carnavalescos (máscaras, confetes, serpentinas lança-perfumes e congêneres) .....	-	4	20
8 - Artigos para fumantes .....	-	2	10
9 - Artigos não especificados nesta tabela .....	-	4	20
10 - Artigos de papelaria .....	-	2	10
11 - Artigos de toucador .....	-	3	15
12 - Aves .....	-	2	10
13 - Baralhos e outros artigos de jogos considerados de azar.....	-	4	20
14 - Brinquedos e artigos ornamentais para presentes .....	-	3	15
15 * Fósforos de artifícios .....	-	4	20
16 - Frutas nacionais e estrangeiras .....	-	4	20
17 - Gêneros e produtos alimentícios, aves, ovos, doces, frutas, queijos, peixe e carne etc. ....	-	4	20
18 - Jóias e relógios .....	-	5	25
19 - Louças, ferragens e artefatos de plásticos e de borracha, vassouras, escovas, palha de aço e semelhantes..	-	3	15
20 - Peles, pelícias, pluma ou confecções de luxo .....	-	5	25
21 - Revistas, livros e jornais .....	-	3	15
22 - Tecidos e roupas .....	-	4	20

## b) Comércio Ambulante:

23 - Alimentação preparada e fornecida em marmitas, para / mais de 3 pessoas, quando o fornecedor não pagar imposto de.....	-	2	10
24 - Armarinho e miudezas.....	-	4	20
25 - Artigos não especificados .....	-	5	25
26 - Artigos de toucador .....	-	3	15
27 - Bijouterias e pedras não preciosas .....	-	6	30
28 - Brinquedos .....	-	3	15
29 - Confecções de luxo, peles, pelícias, plumas.....	-	10	50
30 - Fazendas e roupas feitas .....	-	4	20
31 - Gêneros e produtos alimentícios.....	-	2	10
32 - Jóias e pedras preciosas.....	-	10	50
33 - Louças, ferragens, artefatos plásticos e de borracha, vassouras, escovas, palha de aço e semelhantes. malha meias, gravatas e lençóis .....	-	4	20

Nota - A licença será cobrada para cada especificação, caso o contribuinte negocie em mais de uma.

## III - Taxa de Licença para Obras Particulares

Aliquota  
% sobre o  
salário-mínimo

## a) Construções:

5 - Barracões nos quintais de casas de residências, metro quadrado de área útil de piso coberto: 1 - nas áreas urbanas .....	0,4
2 - nas áreas de expansão urbana e nos povoados.....	0,2

itens	Especificações e Determinações	Aliquotas % sobre o salário-mínimo
36 -	Bependências em prédios residenciais, por metro quadrado de área útil de piso coberto:	
	1 - nas áreas urbanas .....	0,2
	2 - nas áreas de expansão urbana e nos povoados...	0,1
37 -	Dependências em prédios utilizados por estabeleci- mento de qualquer natureza, por metro quadrado.	
38 -	Drenos, sarjetas, paredes e muros divisórios, por / metro(quadrado) linear:.....	-
39 -	Embarcações:	
	1 - de grande calado.....	-
	2 - de pequeno calado .....	-
	3 - barcos, saveiros, lanchas, botes, canoas.....	-
40 -	Estaleiros .....	-
41 -	Fornos de adarias ..	2
42 -	Fossa - cada uma .....	1
43 -	Galpões para qualquer fim, por metro quadrado-..... área útil de piso coberto .....	0,1
44 -	Garagens e postos de lubrificação, por metro quadra- do - área útil de piso coberto .....	0,2
45 -	Muros, com gradil ou não, por metro linear..... 1 - nas áreas urbanas.....	0,4
	2 - nas áreas de expansão urbana e nos povoados....	0,2
46 -	Obras não especificadas nesta tabela, por metro qua- drado de área útil de piso coberto .....	0,2
47 -	Obras pequenas ou acréscimo, de área de difícil me- dição, não especificados nesta tabela.....	10
48 -	Prédios residenciais, de um ou mais pavimentos, por metro quadrado de área útil de piso coberto: 1 - nas áreas urbanas.....	0,2
	2 - nas áreas de expansão urbana e nos povoados ....	0,2
49 -	Prédios de um ou mais pavimentos, a serem usados em atividades industriais, comerciais ou profissionais, por metro quadrado de área útil de piso coberto.....	0,7
	b) Reconstruções:	
50 -	As licenças para reconstruções parciais pagarão a ta- xa de acordo com a sua natureza, pela metade do que estiver especificado nesta tabela, para as constru- ções .....	0,1
	c) Consertos e Reparos:	
51 -	Diversos - chaminés, pilares, portões, fossas e outras instalações externas .....	0,2
52 -	Fachadas - desde que não se trate de reconstrução, por pavimento.....	3
53 -	Muros, por metro linear .....	0,4
54 -	Pequenos serviços em prédios .....	2
55 -	Telhados, desde que não se trate de construção.....	2
	d) Obras Diversas:	
56 -	Aberturas de portões:	
	1 - em prédios residenciais.....	3
	2 - em prédios ocupados com estabelecimentos de qual- quer natureza.....	2
57 -	Andaimes - no alinhamento do logradouro - inclusive tapume, para construção, reconstrução, pintura ou re- paros gerais de prédios, por metro linear e por seis meses ou fração.....	1
58 -	Cortes em meio-fio para entrada de automóvel.....	5
59 -	Demolição - por metro quadrado de área da edificação a ser demolida .....	3
60 -	Lajeamento de páteos e quintais .....	2

itens	Especificações e Discriminações	Aliquota % sobre o salário-mínimo
61	- Marquises de vidro, metal ou outro material, a serem colocadas em prédio comercial ou industrial, cada uma .....	5
62	- Mudança de bomba de gasolina, ou outro combustível líquido, de um para outro local.....	10
63	- Toldos ou cobertas moveáveis a serem colocadas nas fachadas de prédios: 1 - comerciais e industriais, cada um ..... 2 - em prédios residenciais, cada um .....	5 4
	IV - Taxa de Licença para Execução de Arruamentos e Loteamentos de Terrenos Particulares	
64	- a) Arruamentos: 1 - com área de até 20.000 metros quadrados, descontadas as destinadas a logradouros públicos ... 2 - com mais de 20.000 metros quadrados, por metro quadrado que exceder, além da taxa fixa de dez por cento (10%) do salário-mínimo .....	30 2
65	- b) Loteamentos: 1 - com área de até 10.000 metros quadrados, descontadas as destinadas a lebradouros públicos e as que serão doadas ao Município ..... 2 - de mais de 10.000 metros quadrados, por metro quadrado que exceder, além da taxa fixa de dez por cento (10%) do salário mínimo.....	50 2
	Nota - Entende-se como área de arruamento, ou do loteamento, a soma das áreas de terreno dos quarteirões pertencentes ao plano apresentado.	
	V - Taxa de licença para Tráfego de Veículos	
66	- a) Veículos de Tração a motor: Ambulâncias: 1 - para transporte de doentes..... 2 - fúnebres .....	10 8
67	- Automóveis; com motor de 100 HP: 1 - modelo de fabricação do ano em que for feito o registro..... 2 - modelo de fabricação do ano anterior àquele em que for feito o registro .. 3 - modelo de fabricação do ano imediatamente anterior ao de nº 2 .. 4 - modelo de fabricação dos anos anteriores de nº 3 ..	25 20 18 15
68	- Automóveis com motor de mais de 100 HP: 1 - modelo de fabricação do ano em que for feito o registro..... 2 - modelo de fabricação do ano anterior àquele .. que for feito o registro .. 3 - modelo de fabricação do ano imediatamente anterior ao do nº 2 .. 4 - modelo de fabricação dos anos anteriores ao de nº 3 ..	30 25 20 15
69	- Auto-lotação: 1 - até 12 passageiros .. 2 - de mais de 12 passageiros ..	20 25

itens	Especificações e Discriminações	Aliquota % sobre o salário-mínimo
70 -	Auto-ônibus:	
	1 - até 20 passageiros .....	25
	2 - de mais de 20 até 30 passageiros .....	30
	3 - de mais de 30 passageiros .....	35
71 -	Auto-oficina:	
	1 - automóvel ou caminhonete-oficina.....	5
	2 - caminhão-oficina .....	20
72 -	Automotores em geral: elevadores, guidantes, empilhadeiras, rebocadores, ascensores, estaqueadores, britadores e similares .....	10
73 -	Caminhões, ou caminhetas de carga:	
	1 - com capacidade até 1 tonelada .....	8
	2 - com capacidade até 2 toneladas .....	10
	3 - idem idem de mais de 2 até 3 toneladas ....	15
	4 - idem,idem,de mais de 3 até 6 toneladas ....	20
	5 - idem,idem,de mais de 6 até 9 toneladas ....	25
	6 - idem,idem,de mais de 9 até 12 toneladas ...	30
	7 - idem,idem, de mais de 12 toneladas .....	35
74 -	Motocicletas: com ou sem side-car".....	8
75 -	Reboques e tratores:	
	1 - reboque ou "trailer".....	10
	2 - trator de rodas de borracha .....	10
	3 - trator de rodas ou esteiras de ferro .....	15
	b) Veículos de tração animal:	
76 -	De carga, desprovido de molas:	
	1 - de rodas com aros de ferro ou de madeira..	5
	2 - de rodas com aros de borracha maciça .....	4
	3 - de rodas com aros de borracha-pneumáticos..	3
77 -	De carga, providos de molas:	
	1 - de rodas com aros de ferro ou de madeira ..	7
	2 - de rodas com aros de borracha maciça .....	6
	3 - de rodas com aros de borracha-pneumático...	5
78 -	De passageiros:	
	1 - de 2 rodas com pneumático .....	10
	2 - idem, idem, com aros de borracha maciça ...	8
	3 - de 4 rodas com aros de pneumático .....	7
	4 - de 4 rodas com aros de borracha maciça ....	6
	c) Outros veículos:	
79 -	Bicicletas, quando de aluguel.....	5
80 -	Bicicletas motorizadas, lambinetas, vespas e similares, carrocinhas, triciclos a pedal ou carrinhos de mão a frete ou para a venda ou entrega de mercadorias.....	10
81 -	Embarcações:	
	1 - Lanchas, botes e canoas .....	-
	2 - Barcos, saveiros, balsas e alvarengas .....	-
	VI - Taxa de Licença para Publicidade	
82 -	Alto-falante, rádio, vitrola e congêneres, por aparelho e por ano, quando permitido no interior de estabelecimento comercial, industrial ou profissional .....	10

itens	Especificações e Discriminações	Aliquota % sobre o salário-mínimo
83 - Anúncio:		
1 - sob forma de cartaz, cada um .....	2	
2 * em mesas, cadeiras, bancos, toldos, bambinellas capotas, cortinas e semelhantes .....	5	
3 - no interior de veículos, por veículos e por ano	10	
4 - no exterior de veículos, por veículos e por ano	10	
5 - em veículos destinados especialmente a propagandas, por veículo e por dia .....	2	
6 - conduzido por uma ou mais pessoas, cada um por pessoa e por dia .....	3	
7 - distribuídos em mão ou a domicílio, por milhares ou fração .....	2	
8 - colocado no interior de estabelecimento, quando estranho a atividade deste, por anúncio e por / ano .....	2	
9 - em pano de boca de teatro ou casa de diversões, por anúncio e por mês .....	4	
10 - projetado na tela de cinema, por filme ou chapéu, por dia .....	0,5	
11 - pintado na via pública, quando permitido, por metro quadrado e por dia .....	0,5	
12 - em faixas, quando permitido, por dia .....	0,2	
84 - Emblema, escudo ou figura decorativa, por unidade e por ano.....	5	
85 - Letreiro - placa ou dístico metálico ou não, com indicações de profissão, arte, ofício, comércio ou indústria, nome ou endereço, quando colocado na parte externa de qualquer prédio, por letreiro, placa ou dístico por ano.....	6	
86 - Mostruário - colocado na parte externa dos estabelecimentos comerciais, ou em galerias, estações, abrigos etc., por mostruário e por ano .....	5	
87 - Painel:		
1 - painel, cartaz ou anúncio colocado em ciruos ou casas de diversões, por unidade e por mês .....	2	
2 - idem, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou não, na parte externa dos edifícios, por metro quadrado ou fração, por ano .....	2	
3 - painel, cartaz ou anúncio, colocado em casas de diversões, por unidade e por ano .....	0,5	
88 - Propaganda:		
1 - oral, feita por propagandista, por dia .....	10	
2 - idem, idem , por mês .....	50	
3 - idem, idem , por ano .....	80	
4 - por meio de música, por dia .....	5	
5 - por meio de animais (circo etc.) por dia .....	5	
6 - por meio de alto-falante, por dia .....	5	
89 - Vitrine:		
1 - em qualquer estabelecimento comercial ou industrial, sem projeção, ocupando parcialmente o vão das portas - por vitrine e por ano.,.....	12	
2 - idem, idem, com saliência máxima de 25 centímetros para o logradouro público, por vitrine e por ano .....	16	
3 - idem, idem, ocupando totalmente o vão das portas por vitrine e por ano .....	15	

Itens	Especificações e Discriminações	Aliquota % sobre o salário-mínimo
4 -	para exposição de artigos estranhos aos negócios do estabelecimento ou alugada a terceiros, por vitrine e por ano .....	30
VII -	Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em vias e Logradouros Públicos	
90 -	Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas feiras, vias e logradouros públicos ou como depósito de materiais ou estacionamento privativo de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela Prefeitura por prazo e a critério desta:	
1 -	por dia e por metro quadrado .....	0,5
2 -	por mês e por metro quadrado .....	<del>2x2</del>
3 -	por ano e por metro quadrado .....	10
91 -	Espaço ocupado com mercadorias, nas feiras, sem uso de qualquer móvel ou instalação, por dia e por metro quadrado:::.....	0,2
92 -	Espaço ocupado por circos e parques de diversões por semana, ou fração e por metro quadrado ....	3
VIII -	Taxa de Licença para Abate de Gado fora do Matadouro Municipal	
93 -	Por cabeça de gado bovino ou vacum .....	15
94 -	Por cabeça de animal de outra espécie .....	6
Nota - Correrá por conta do interessado, além da taxa, o transporte do servidor municipal imbuído de fazer a inspeção do animal.		

#### TABELA IV

#### TABELAS PARA O LANÇAMENTO E A COBRANÇA DAS TAXAS DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

Itens	Especificação	Aliquota % sobre o salário-mínimo
Taxa de Expediente:		
1 - Alvarás:		
a) de licença concedida ou transferida .....	5	
b) de qualquer natureza (outra) .....	10	
2 - Atestados:		
a) por lauda até 33 linhas .....	2	
b) sobre o que exceder, por lauda ou fração .....	2	
3 - Aprovação de Arruamento ou loteamento: Cada decreto contendo aprovação parcial ou geral de arruamento ou loteamento de terreno.....	40	
4 - Baixa de qualquer natureza, em lançamentos ou registros .....	5	

Itens	Especificação	Aliquota % sobre o salário-mínimo
5 - Certidões:		
a) por lauda até 33 linhas .....	3	
b) sobre o que exceder, por lauda ou fração.....	2	
c) busca, por ano, além das taxas das alíneas "a" e "b" .....	2	
d) de quitação.....	4	
6 - Concessões - ato do Prefeito concedendo:		
a) favores, em virtude de lei municipal, sobre o valor da concessão.....	10	
b) privilégio individual ou a empresa concedido pelo município, sobre o valor efetivo ou arbitrado.....	10	
c) permissão para exploração, a título precário, de serviço ou atividade .....	20	
7 - Contratos com o Município, sobre o valor do contrato .....	2	
8 - Guias apresentadas às repartições municipais, para qualquer fim, excluídas as emitidas pelos servidores municipais e relativas aos serviços de administração.....	0,5	
9 - Peticões, requerimentos, recursos ou memoriais / dirigidos aos órgãos ou autoridades municipais:		
a) por lauda até 33 linhas .....	2	
b) cada documento anexado, por folha .....	0,5	
c) sobre o que exceder, por lauda ou fração.....	2	
10 - Prorrogação de prazo de contrato com o Município sobre o valor da prorrogação .....	2	
11 - Térmos e registros de qualquer natureza, lavrados em livros municipais, por página de livro ou fração.....	2	
12 - Títulos:		
de perpetuidade de sepultura, jazigo, carneiro, mausoléu ou ossuário.....	20	
Transferências:		
a) de contrato de qualquer natureza, além do termo respectivo.....	10	
b) de local, de firma ou ramo de negócio.....	5	
c) de veículos, por unidade .....	5	
d) de privilégio de qualquer natureza, sobre o valor efetivo ou arbitrado.....	2	

#### Taxas de Serviços Diversos

	% sobre o salário-mínimo
1 - Taxa de Numeração de Prédios	
1 - Por emplacamento.....	2
Nota- Além da taxa será cobrado o preço de custo da placa fornecida ( como receita patrimonial).	